

Boletim Geocorrente

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2015

ISSN: 2446-7014 • Número 21



CENTRO DE ESTUDOS
POLÍTICO-ESTRATÉGICOS



LABORATÓRIO
DE SIMULAÇÕES
E CENÁRIOS

BOLETIM GEOCORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal voltada à análise de fatos correntes do cenário internacional sob a lente teórica da Geopolítica, procurando identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento e seus desdobramentos. Para isso, o grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas de conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporciona uma análise ampla de contextos e cenários geopolíticos e, portanto, um melhor entendimento dos problemas correntes internacionais.

Essa publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), do Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE) da Escola de Guerra Naval (EGN).

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Esse Boletim tem como objetivo publicar artigos curtos tratando de assuntos da atualidade e, eventualmente, de determinados temas de caráter geral sobre dez macrorregiões do Globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica.

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do Laboratório de Simulações e Cenários (LSC) da Escola de Guerra Naval e submeta seu artigo contendo, no máximo, 350 palavras ao processo avaliativo. A avaliação é feita por pares, sem que os revisores tenham acesso ao nome do autor (blind peer review). Ao fim desse processo, o autor será notificado via e-mail de que seu artigo foi aceito (ou não) e que aguardará a primeira oportunidade de impressão.

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Centro de Estudos Político-Estratégicos.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil (21) 2546-9394
E-mail: geo.corrente@yahoo.com.br
Aos cuidados do Editor Responsável do Boletim Geocorrente.

CONSELHO EDITORIAL

Editor Responsável

Leonardo Faria de Mattos (EGN)

Editor Científico

Francisco Eduardo Alves de Almeida (IGHMB)

Editores Adjuntos

Felipe Augusto Rodolfo Medeiros (EGN)

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (FACAMP)

Pesquisadores do Grupo de Geopolítica Corrente

André Figueiredo Nunes (UFRJ)

Ariane Dinalli Francisco (PUC - Rio)

Caio Ferreira Almeida (Univ. Tartu)

Carlos Henrique Ferreira da Silva Júnior (UFRJ)

Daniel Costa Sampaio de Araujo (IUPERJ)

Danillo Avellar Bragança (UERJ)

Franco Aguiar de Alencastro Guimarães (PUC - Rio)

João Victor Marques Cardoso (UFF)

Lais de Mello Rüdiger (UFRJ)

Louise Marie Hurel Silva Dias (PUC - Rio)

Luciane Noronha Moreira de Oliveira (EGN)

Luma Teixeira Dias (UFRJ)

Marcelle Siqueira Santos (UERJ)

Marcelle Torres Alves Okuno (IBMEC)

Matheus Souza Galves Mendes (UFRJ)

Pedro Allemand Mancebo Silva (UFRJ)

Pedro Emiliano Kilson Ferreira (UFF)

Pedro Mendes Martins (UERJ)

Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)

Raissa Pose Pereira (UFRJ)

Sara Oliveira Dantas (IBMEC)

Tatiane González Barbosa (IBMEC)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFRJ)

Vinicius de Almeida Costa (UFRJ)

Vinicius Guimarães Reis Gonçalves (UFRJ)

Vivian de Mattos Marciano (UFRJ)

Os textos contidos nesse Boletim são de responsabilidade única dos membros do Grupo, não retratando a opinião oficial da Escola de Guerra Naval nem da Marinha do Brasil.

- *América do Sul*
- *América do Norte e Central*
- *África Subsaariana*
- *Oriente Médio e Norte da África*
- *Europa*
- *Rússia e ex-URSS*
- *Sul da Ásia*
- *Leste Asiático*
- *Sudeste Asiático e Oceania*
- *Ártico e Antártica*

Regiões

Energia na América do Sul: oportunidade de desenvolvimento ou de litígios?

Por: Carlos Henrique

Na última semana de agosto, foi inaugurada a Planta de Separação de Líquidos Gran Chaco, em Tarija, Bolívia, com a função de processar gás natural e produzir gás liquefeito de petróleo (GLP), mais conhecido como gás de cozinha. A inauguração contou com a presença dos presidentes boliviano e paraguaio, Evo Morales e Horacio Cartes, respectivamente. Morales anunciou que 80% da produção de GLP serão destinados à exportação – sendo grande parcela destes para abastecimento do mercado paraguaio e o restante para o Peru, Uruguai, Argentina e Brasil.

A Planta, terceira maior da América do Sul segundo o presidente, representa um grande sinal de esperança para os bolivianos, pois marca a mudança da nacionalização para a industrialização do gás natural, mesmo em meio à crise na venda de hidrocarbonetos. A exportação de energia elétrica a partir da transformação do combustível fóssil será mais um eixo do desenvolvimento boliviano. Essa mesma geração de energia elétrica sustenta o terceiro eixo do desenvolvimento boliviano: o setor petroquímico, focado nas regiões de La Paz, Beni e Pando (fronteira com a Amazônia brasileira).

Dependente da importação de energia ultramar para sustentar o crescimento de sua indústria mineira, o Chile também se mostrou disposto a comprar o gás boliviano. Contudo, ciente dessa dependência e de que os cidadãos chilenos seriam beneficiados com redução de 50% no custo do gás, o mandatário boliviano condicionou a comercialização desse bem mediante a recuperação de sua saída soberana para o mar.

Diante dessa questão, vale avaliar o interesse da presidente do Chile Michelle Bachelet no excedente de energia produzido pelo Paraguai – dado seu raso desenvolvimento industrial – “em troca” da aproximação com o mercado asiático. A energia paraguaia de interesse provém da hidrelétrica Acaray, inteiramente nacional – que outrora fora comercializada para Chile e Uruguai sob pesadas taxas da Argentina.

De fato, a segurança energética irá crescer exponencialmente em importância no subcontinente, e o Brasil precisa estar atento aos países que possam, e queiram, submeter-se à função de coração energético para o desenvolvimento da região.

América do Norte e Central

Crise na Ilha de Hispaniola

Por: Marcelle Santos



The border between Haiti and the Dominican Republic. Cobb, Charles E. 1967. "Haiti: Against All Odds." National Geographic, Vol. 172, No. 5: 645-670. Photo by James Blair

A ilha de Hispaniola, primeiro aporte de Colombo no Novo Mundo, é dividida geograficamente por dois países de semelhanças e diferenças importantes: o Haiti e a República Dominicana. O fluxo de pessoas na região é comum, em uma fronteira de marcados contrastes entre o desenvolvimento dominicano e o atraso haitiano.

Recentemente, o fluxo nessa fronteira aumentou consideravelmente a partir da decisão do governo da República Dominicana de alterar seu regime de concessão de cidadania. Antes, o critério básico era o *jus solis*, quer dizer, pelo local de nascimento. A partir de 2013, no entanto, o critério de nacionalidade dominicana passou a ser concedido através do *jus sanguinis*, ou seja, por sua ascendência. Essa alteração afetou milhares de nascidos no país de ascendência haitiana. Desde então, um impasse jurídico se definiu: não seriam cidadãos dominicanos, nem tampouco seriam cidadãos haitianos. Diante disso, muitos retornaram ao Haiti, onde não há estrutura para lidar com esse elevado fluxo migratório.

Toda esta problemática desencadeia uma crise humanitária e afeta a política dos dois países vizinhos. No Haiti, a crise política em relação à legitimidade do presidente Michel Martelly se posterga desde 2014.

Já na República Dominicana, as eleições de 2016 exploram o tema, dividindo os ultraconservadores, que rejeitam os haitianos, e a comunidade internacional, que desaprova a situação. Nesse impasse, as relações entre os dois países se deterioraram, causando ainda mais incerteza para essas pessoas.

O Brasil possui relação estreita com o Haiti em razão da MINUSTAH, acompanhando, assim, os desafios do país no que diz respeito à violência e desenvolvimento. O alto fluxo migratório poderia agravar o conjunto de problemas já existentes no país, dificultando ainda mais todo o plano de ação ocorrido na região e sobrecarregando os sistemas de acolhimento e regulamentação de estrangeiros.

América do Norte e Central

Breves considerações sobre a U.S. Grand Strategy para a China

Por: Danillo Bragança

O objetivo desse texto é discutir a última publicação da *US Grand Strategy*, que possui como tema central a China. Dizer que a relação entre os dois Estados é o eixo principal da distribuição de poder no planeta parece um tema repetido. O que se faz necessário é visualizar qual é a natureza e extensão dessas relações, para assim entender questões atuais e futuras sobre a política internacional.

Uma *Grand Strategy*, segundo Edward Meade Earle, é “a arte de controlar e utilizar os recursos de uma nação, para os fins que são seus interesses vitais e que devem ser efetivamente promovidos e assegurados contra inimigos reais, potenciais ou presumíveis”. Trata-se não somente de política conjuntural, mas permanente, sendo a estratégia de Estado por natureza, e que define a construção do pensamento estratégico subsequente.

O conseqüente fim da Guerra Fria, as ameaças do terrorismo e o esforço de integrar a China na ordem liberal internacional promoveram mudanças substanciais nas últimas *Grand Strategy* norte-americanas. Em relação à última, o argumento central é que a atuação chinesa na Ásia é uma ameaça à balança de poder na região, palco de atuação e interesse norte-americano. Não é política de contenção, como no contexto da Guerra Fria. Trata-se de limitar os perigos que a expansão econômica e militar chinesa possam vir a desenvolver para a agenda dos Estados Unidos em escala continental e global.

Existem algumas questões a serem debatidas. Afirmar que a ascensão chinesa pode ser um perigo para os interesses estadunidenses é jogar com *worst-case scenario*, como se diz na teoria dos jogos. Um argumento para isso é que o crescimento de um país como a China se dará dentro das estruturas de poder internacionais, gradualmente socializada nas instituições multilaterais.

A análise desses resultados é muito limitada. Sabe-se que o objetivo chinês é substituir os Estados Unidos na balança de poder no continente asiático. A maior questão a ser discutida neste momento é se, a exemplo do que fizeram os norte-americanos, a China produzirá uma *Grand Strategy* para os Estados Unidos. Além disso, a natureza dessa relação será a chave para se compreender o planeta em termos de política internacional no futuro.

África Subsaariana

Camarões: o mais novo front do conflito nigeriano?

Por: Franco Alencastro

Um ataque da milícia extremista islâmica Boko Haram no dia 5 de agosto resultou na morte de 8 pessoas e no sequestro de outras 135, na aldeia de Chakamari, no norte do Camarões, em um gesto que parece confirmar a expansão do conflito para o vizinho meridional da Nigéria. O Camarões tem sido, em anos recentes, uma “ilha de paz” em uma região assolada por conflitos, como as guerras civis e atuações de grupos para-militares nos vizinhos Nigéria, República Centro-Africana e Chade.

Camarões é governado desde 1982 por Paul Biya, que manteve o Estado próximo da França. O Estado africano possui uma população de maioria cristã (cuja maior parcela é católica) e uma expressiva minoria muçulmana, cujas relações tendem a ser pacíficas. A chegada do Boko Haram, no entanto, ameaça desestabilizar essa equação.

O grupo extremista utilizava pelo menos desde 2013 o norte do país como espaço de manobra para circular entre as zonas por ele diretamente controladas, no norte, e novas áreas de atuação no sul. Com a decisão de Paul Biya de combater o Boko Haram em maio de 2014, no entanto, o grupo parece ter começado a usar o norte de Camarões como base de operações e aberto um novo *front* na região. Embora ainda esteja conectada a ataques violentos, o crescimento da orientação Wahabista no sul do país, que prega uma interpretação literal do Alcorão e tem proximidade com a monarquia saudita, é outra das novas forças que podem empurrar o ecossistema religioso de Camarões para mais intolerância e conflitos.

Por ser Camarões um país situado no entorno estratégico brasileiro, é importante que o Brasil se posicione diante desta situação em defesa dos valores de tolerância religiosa e a promoção do diálogo, para evitar que o conflito nigeriano se espalhe na região.

Africa Subsaariana

100 dias rasos numa Nigéria de complicações profundas

Por: João Victor Marques

Conforme abordado no Boletim 19, o presidente da Nigéria Muhammadu Buhari aparentemente mudou sua postura e, como autoproclama, está “convertido à democracia”. Ao contrário de seu antigo mandato (1983-1985), Buhari tem enfatizado no atual o respeito aos Direitos Humanos e adotado a consulta e o diálogo com seus vizinhos e com a comunidade internacional. A postura do presidente, por ora, menos enérgica e autoritária, tem despertado opiniões divergentes interna e externamente, a partir das quais talvez seja possível avaliar os primeiros 100 dias de seu governo, completados em 06 de setembro.

Há críticas relacionadas à morosidade na escolha dos ministérios do governo, o que centraliza as tarefas nas mãos do presidente; à estratégia para derrotar o Boko Haram, para a qual Buhari estipulou data limite de três meses; e à ausência de uma política econômica clara para contornar a conjuntura crítica de baixa dos preços do petróleo, origem da maior parte das receitas estatais, o que têm provocado o que a imprensa internacional chama de “100 dias desperdiçados”. Até mesmo as recentes melhorias na distribuição de energia e resultados militares positivos na luta contra o Boko Haram, como a reconquista de cidades outrora subjugadas e a liberdade conferida a grande parte dos civis sequestrados, têm sido atribuídos a tarefas realizadas no fim do governo anterior, o que fortalece argumentos que desqualificam a atual gestão.

Certamente, 100 dias para um governo ainda em processo de instauração, em um país com problemas crônicos, possuem baixa repercussão diante das promessas de mudança que conquistaram os eleitores nigerianos. A euforia resultante da vontade popular expressa nas urnas, um evento até então atípico no país, ainda se manifesta conferindo certa margem de manobra ao presidente. Sua imunidade, entretanto, não é perpétua. Afinal, a mesma mobilização popular que o elegeu pode exercer a pressão por reformas necessárias ao desenvolvimento nacional.

Oriente Médio e Norte da África

Tunísia no pós-2011: desmantelamento do oásis democrático

Por: Pedro Kilson

O vácuo de poder que se seguiu aos desdobramentos da Primavera Árabe na Tunísia revelou as fragilidades dos contornos democráticos que o novo Parlamento unicameral procurou delinear. Ademais das turbulências políticas de 2011 a 2013, a esperança de um período de estabilidade democrática com eleições parlamentares se viu desacreditada perante um quadro crescente de securitização, capitaneada pelo primeiro-ministro Habib Essid.

O aspecto de securitização reacionária refere-se à nova lei “antiterrorista”, determinada após os ataques ao *Bardo Museum* e à praia de *Sousse*. Seus oponentes alegam a organização de um atentado ideológico aos preceitos democráticos e libertários, caros aos tunisinos. Tal lei substitui a de 2003, adotada durante o regime ditatorial de Zine El Abidine Ben Ali; entretanto, mantém a política do ditador de implementação de medidas arbitrárias de diplomacia e condução da política doméstica que visam à securitização de caráter antiterrorista, ignorando as ameaças à liberdade e direitos fundamentais numa democracia ainda incipiente.

Nesse sentido, a nova lei prevê detenções arbitrárias, sem julgamento, bem como anulação de assistência legal durante interrogações. O risco, sob a nova política, reside no fato de que a lei poderia legitimar atrocidades e sigilo nas medidas e táticas na luta contra o terrorismo, especialmente em razão da falta de clareza do termo “segurança”, viabilizando um retrocesso a regimes ditatoriais.

A construção de uma barreira incerta ao longo das fronteiras porosas da Líbia parece representar os planos do primeiro-ministro tunisino, podendo inviabilizar o desenvolvimento econômico da região, uma vez que a lei tornou rígida a mobilização securitária antiterrorista nas fronteiras. A Tunísia se configura como um parceiro significativo dos EUA fora da OTAN, ademais de possuir cooperação militar com a União Europeia, de modo que o desmantelamento democrático do país poderia levar a uma maior instabilidade política na região.

Oriente Médio e Norte da África

O Conselho de Cooperação do Golfo

Por: André Nunes

O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) é uma organização regional criada em 1981 e formada por seis Estados árabes da região do Golfo Pérsico: Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Catar, Omã e Bahrain – todos sob regime de governo monárquico, embora diferentes modelos de monarquia. A organização tem como objetivos o aprofundamento e o fortalecimento das relações no que se refere a diversos assuntos, como comércio, política externa e Defesa.

No campo econômico, uma das metas do grupo seria uma possível união monetária e o estabelecimento de um mercado comum a partir de um modelo similar ao europeu, o qual envolveria residência e livre movimentação de cidadãos e de capital, empregos em empresas privadas e estatais, entre outras medidas que trariam à existência um Mercado Comum do Golfo e provavelmente um Banco Central do Golfo.

O CCG tem também investido em cooperação e defesa a partir de uma concepção de segurança coletiva regional, na qual, qualquer ataque contra um Estado-membro ou ingerência nos assuntos internos de um deles deve ser considerado um ataque ou interferência contra todos os outros Estados, sendo de responsabilidade coletiva a reação contra quaisquer tipos de hostilidades. Somado a isso, há cooperação no combate ao terrorismo, narcotráfico e na defesa civil e, no ano 2000, foi assinado o Acordo Conjunto de Defesa, que não descarta a criação de um comando militar integrado.

Por fim, a cooperação no campo da política externa visa estabelecer uma posição única do CCG em relação aos assuntos de interesse comum a seus membros no contexto regional e internacional, tendo como prioridade a Questão Palestina. Em certos aspectos, a integração árabe pode ser tomada como um contrapeso à influência iraniana no Golfo Pérsico, assim como de potências externas, embora, quando conveniente, esses países possam trabalhar em conjunto.



Foto: Clker.com

Europa

O “Cordão Lusófono” do Atlântico Sul

Por: Matheus Mendes

Portugal e Brasil possuem uma forte ligação devido à história de ambos os países, com relações diplomáticas que se expandem a vários campos, sendo um deles o naval, tanto em relação ao Comércio quanto à Defesa. Nesse sentido, a parceria firmada entre a Escola de Guerra Naval e a Universidade de Lisboa e, por conseguinte, entre as Marinhas dos países em questão, denota um futuro além da parceria: a cooperação.



Foto: www.naval.com.br

Britânico” de ilhas no Atlântico Sul, mas de representantes da CPLP. Embora não se trate de uma organização militar, a CPLP tem como objetivo a cooperação “em todos os domínios”, sendo a Defesa um deles. O Almirante Macieira Fragoso, Chefe do Estado-Maior da Armada de Portugal, discorreu no 1º Seminário Internacional do CEPE sobre a necessidade de “criar um espaço lusófono no Atlântico Sul”, apontando para esse cenário de inserção da CPLP.

Ainda é cedo para sugerir que a CPLP será um modelo de cooperação eficaz. Há algumas dúvidas quanto a divergências de interesses, mesmo no campo militar, visto que o Brasil está inserido no fórum da UNASUL/CSD e que Portugal pertence à UE/OTAN, tendo todas essas organizações interesses na região em questão. Por outro lado, a participação ativa na CPLP fortalece as relações brasileiras com Portugal que, assim como a Alemanha, defende uma parceria mais estreita entre o Mercosul e a União Europeia. Se não sabemos ao certo se é o melhor caminho para o Brasil; devemos, ao menos, incrementar os estudos sobre essa questão.

Essa associação visa estreitar relações com os países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) banhados pelo Oceano Atlântico, unindo três continentes e sete nações (Brasil, Portugal, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Angola). Ainda que o Brasil esteja à frente dessas nações em termos econômicos, populacionais, de recursos e até mesmo militares, visto a classificação no *Global Power Index* (Brasil, 22º e Portugal, 57º), o fator geopolítico traz uma questão interessante, conforme a composição dos países lusófonos em torno do Atlântico Sul (ver imagem).

O “Cordão Lusófono” se assemelharia ao “Cinturão

Rússia e ex-URSS

Os impactos do Gasoduto do Norte nas finanças da Ucrânia

Por: Daniel Araujo

No final da primeira quinzena de setembro (11/09), o primeiro-ministro ucraniano Arseny Yatsenyuk declarou que o projeto do novo sistema de gasoduto a cruzar o Mar Báltico, Nord Stream, irá alimentar a União Europeia passando por fora do território ucraniano, o que poderia retirar do país cerca de US\$ 2 bilhões de *royalties*, pagos pela passagem em seu território do atual gasoduto. O novo sistema é previsto para ir de Vyborg, na Rússia, até Griefswald, na Alemanha, o que, segundo o premiê, é um custo maior para os países do sudoeste europeu, uma vez que o caminho pela Ucrânia é mais curto, podendo a distância influenciar no preço final.

Pode-se identificar na declaração do primeiro-ministro que a Ucrânia não deseja perder esses *royalties*, mas é preciso lembrar que a instabilidade política no país fez a Rússia se precaver contra futuros percalços, como liberar gás para Ucrânia apenas através de sistema pré-pago. Outro ponto importante a se atentar é que Yatsenyuk não direciona seu discurso para a Rússia, mas, sim, para a Europa, indicando que se observa um potencial maior de cooperação com países da União Europeia do que com a Rússia, sua vizinha.

É possível, então, observar a profundidade da crise ucraniana e o quanto ela afetou sua economia e



Foto: Commons.wikimedia.org

os cenários de cooperação: relações cada vez mais instáveis com seu grande vizinho, detentor das maiores reservas de gás do planeta, e dúbias com a União Europeia, que, por um lado, apoia Kiev no campo político, mas, por outro, aceita o jogo dos interesses econômicos com Moscou.

Rússia e ex-URSS

A influência norte-americana nos países bálticos

Por: Caio Almeida

No mês passado, a embaixada dos EUA em Vilnius, na Lituânia, anunciou um fundo de US\$ 500 mil para um programa de mobilidade de jornalistas dos três países bálticos, cujo objetivo é treinar jornalistas para poderem combater as agências de informação e propaganda russas na “guerra de informação”.

Conforme mencionado em outros Boletins, a Rússia possui uma extensa rede de mídia em países onde há minorias linguísticas russas, o que inclui os países bálticos, que podem servir de força mobilizadora pró-Rússia. No entanto, esses mesmos países acabam recebendo uma atenção maior dos EUA por serem membros da OTAN e da União Europeia. Nesse sentido, cabe ressaltar a estreita relação entre os chefes de Estado das nações bálticas e os EUA, como fica claro na figura do ex-presidente da Lituânia Valdas Adamkus, que governou o país entre 1998-2003 e novamente entre 2004-2009. Adamkus detinha cidadania americana até 1998, tendo residido nos EUA por grande parte da sua vida e ocupado cargos públicos importantes, quando teve que renunciar a ela para concorrer à presidência da Lituânia.

Nesse cenário podemos observar uma tendência nas políticas externas dos países bálticos de alinhamento com os EUA e construção de suas identidades como nações europeias ocidentais, eliminando o passado soviético, o qual consideram um “período de ocupação forçada e interrupção do fluxo natural de suas histórias”, segundo a narrativa oficial. No entanto, há memórias divergentes das populações russas que viveram por gerações nesses territórios e ainda se identificam de alguma forma com a Rússia. Ambos os países parecem dispostos a fornecer todos os tipos de apoio técnico, militar ou de propaganda para defender seus interesses nessa região: para os EUA interessa isolar a Rússia de seus vizinhos, já para esta interessa expandir sua influência geopolítica pela Europa, em especial, no seu entorno.

Sul da Ásia

Paquistão: manufatura de drone com ajuda chinesa

Por: Ariane Francisco

Em mais uma tentativa de enfraquecer o Talibã, o governo paquistanês anunciou no domingo, dia 06 de setembro, o primeiro voo e ataque feito por um drone produzido no país. Com isso, o Paquistão entra no pequeno rol de atores que já utilizou tal tecnologia (Estados Unidos, Reino Unido e Israel, além do Hezbollah) em uma ação ofensiva real.

O ataque teve como alvo um complexo terrorista próximo à fronteira com o Afeganistão em uma região tribal do país e, de acordo com fontes, matou três militantes de grande importância. Essa região, Waziristão do Norte, é a que mais sofre ataques de drones por parte da Central Intelligence Agency (CIA) no combate aos terroristas – em 02 de setembro, um ataque articulado pela agência matou cinco pessoas na mesma localidade. Apesar da grande utilização dessa tecnologia por parte dos Estados Unidos na região - que atualmente abriga elementos do Talibã e grupos leais ao Estado Islâmico - o mesmo negou uma parceria com o Paquistão para o desenvolvimento ou compra de drones.

De acordo com matéria do Financial Times de 10 de setembro, a China teria sido a real responsável pela ajuda ao Paquistão no desenvolvimento do drone. Diante da falta de apoio dos EUA, o Paquistão parece que se voltou para a China; o drone teria grande semelhança com o veículo aéreo não-tripulado CH-3 chinês.

Dessa forma, alguns questionamentos podem ser feitos a respeito do futuro das relações entre esses países e como os mesmos poderão lidar com os problemas que essa região da Ásia enfrenta.

Além da presença de diversos grupos terroristas na região, que vêm crescendo exponencialmente, a aproximação da China com o Paquistão influencia diretamente a relação do primeiro com o Oriente Médio e pode, também, trazer consequências para as relações com os EUA e com a Índia, esta com sérias questões históricas, tanto com a China quanto com o Paquistão.

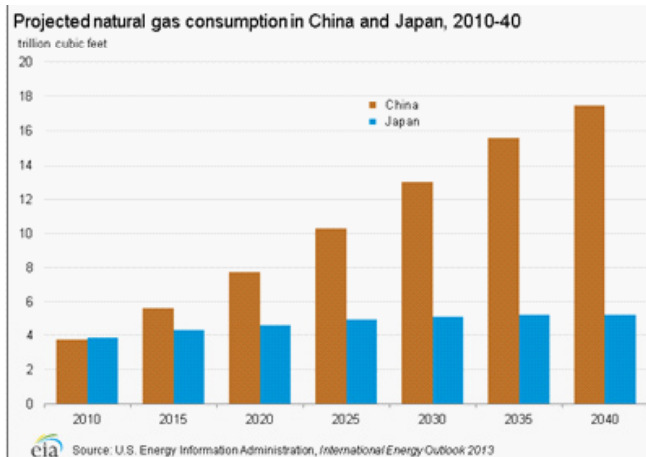
Leste Asiático

Mar da China Oriental: hidrocarbonetos como potencial fonte de conflitos

Por: Vinicius Reis

A demanda doméstica por fontes de energia amplia os interesses estratégicos que China e Japão, maiores consumidores asiáticos de energéticos, têm na extração de hidrocarbonetos no Mar da China Oriental. No caso chinês a análise é simples: o país, atualmente, é o maior consumidor de energia do mundo e sua demanda só cresce. Em relação ao Japão, “pós-Fukushima”, estudos indicam que o consumo de petróleo decairia nos próximos anos, porém o país precisou readaptar sua matriz energética, principalmente devido à pressão popular contra o uso da energia nuclear.

Os litígios entre os dois países tornam difícil a extração energética na região, de tal maneira que ainda não se foi capaz de identificar sua real quantidade de reservas de petróleo e gás natural. Em 2008, Pequim e Tóquio concordaram em realizar parcerias visando à exploração dos recursos em águas disputadas e “respeitar” as respectivas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE). Porém, entre 2008 e 2015, plataformas chinesas passaram a realizar atividades prospectivas próximas às áreas em disputa, fazendo com que ambos os países não conseguissem chegar a um acordo referente ao melhor uso do potencial energético do Mar oriental.



Devido à relação “simbiótica” entre as políticas externas norte-americanas e japonesa, os EUA têm sido o principal ator não regional a “mediar” um diálogo entre os dois países. Taiwan e Coreia do Sul, atores regionais também envolvidos no imbróglio, têm estabelecido parcerias, respectivamente, com China e Japão.

A atual conjuntura cria a possibilidade de que no futuro o Japão possa “espelhar” o movimento chinês, aproximando seus equipamentos de prospecção do “limite” (controverso) entre a ZEE de ambos na região. Tal movimento levaria ao emprego de suas respectivas Marinhas visando à proteção de seus interesses, podendo assim gerar um conflito de larga

escala.

Leste Asiático

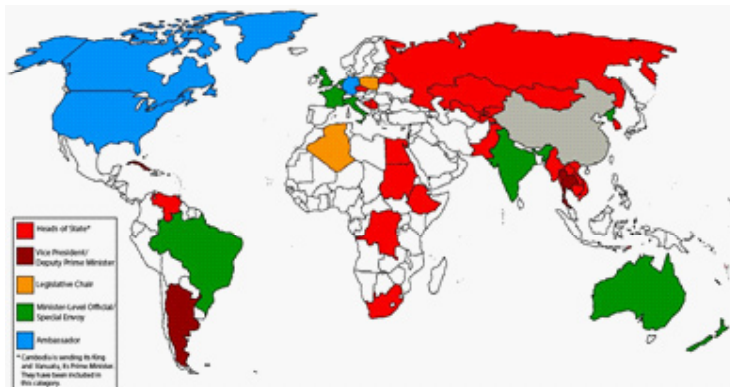
O poder militar chinês revelado

Por: Philippe Alexandre

O dia 3 de setembro foi marcado pela parada militar chinesa em comemoração ao 70º aniversário da rendição japonesa e do fim da II Guerra Mundial. As altas cúpulas do governo dos EUA e dos seus aliados ocidentais não compareceram, assim como as de Brasil e Índia. O primeiro-ministro japonês e o ditador norte-coreano também não participaram. Todavia, foram os presidentes da Rússia e da Coreia do Sul que chamaram a atenção, estando, a todo o momento, ao lado do líder chinês, o que mostra a importância estratégica desses países para Pequim.

O governo da China alegou que a parada foi um evento em prol da paz mundial, inclusive com o anúncio oficial da redução em 300.000 homens de seu Exército. Contudo, analistas ocidentais indicam que

o real objetivo foi intimidar os países vizinhos e os EUA com a exibição, por exemplo, de mísseis balísticos intercontinentais com capacidade de destruir porta-aviões americanos (DF-26). Diz-se que o evento contribuiu para a piora das relações com vizinhos, como Vietnã e Filipinas, já tensas devido à atuação chinesa no Mar do Sul da China. Outras análises afirmam que o governo buscou distrair as atenções domésticas dos problemas econômicos que assombram o mercado – uma análise potencialmente equivocada, uma vez que a parada foi organizada bem antes desses problemas virem à tona. O que é unânime para todos foi a tentativa de exaltação do nacionalismo chinês e a busca de Pequim por se posicionar como uma potência militar.



Agora, as atenções estão voltadas para a visita oficial de Xi Jinping aos EUA, com parada em Seattle para encontro com empresários da área de tecnologia, e reunião seguida de jantar de gala com o presidente Obama, dia 25 de setembro. Após Washington, o presidente chinês irá para Nova York, onde participará da Assembleia Geral da ONU, no dia 28 de setembro.

Leste Asiático

Duas Coreias, três Marinhas

Por: Marcelle Torres

A Marinha da Coreia do Norte, com sede em Pyongyang, é composta pela Frota do Mar Amarelo (costa oeste) e pela Frota do Mar do Leste (costa leste). De acordo com o relatório de 2015 do Ministério de Defesa do Japão, a Marinha norte-coreana tem cerca de 780 navios com um deslocamento total de 103 mil toneladas e é especialmente composta por pequenos navios de guerra, tais como lanchas com capacidade para lançar mísseis. Além disso, conta com aproximadamente 20 submarinos da classe Romeo, 70 minissubmarinos e 140 hovercrafts para operações anfíbias.

A Marinha da Coreia do Sul, apoiada por uma indústria naval local, tenta projetar poder para além da península. De acordo com o relatório supracitado, a Coreia do Sul tem focado na modernização de sua força aérea e naval e, particularmente, na defesa omnidirecional para lidar com futuras ameaças da Coreia do Norte.

Com o lema “Katchi Kapshida” (“vamos juntos”), as forças militares norte-americanas reforçam a parceria militar conjunta com seus homólogos sul-coreanos descrita pelo Tratado de Defesa Mútua, assinado em 1951. No que tange à Marinha, há uma grande parceria com a 7ª Esquadra dos EUA, sediada em Yokosuka, no Japão, para a defesa da península coreana. Além disso, a *US Naval Forces Korea* (CNFK), comandante regional da Marinha dos EUA para a Coreia do Sul, fornece liderança e experiência militar naval para o *Commander in Chief for the United Nations Command - the Republic of Korea* (ROK), a *US Combined Forces Command* (CFC) e a *US Force Korea* (USFK).

O potencial conflito marítimo com o Norte, particularmente ao longo da NLL - fronteira marítima disputada na costa oeste - continua a ser uma das principais preocupações entre as autoridades militares conjuntas.

Oceania e Sudeste Asiático

Alterações climáticas, efeitos econômicos

Por: Thayná Fernandes

O El Niño é um fenômeno climático caracterizado pelo aumento da temperatura média das águas do Oceano Pacífico em 0.5°C. Essa modificação no clima costuma ocorrer de dois a sete anos e é constantemente monitorada por pescadores, que observam a diminuição da pesca, decorrente da alta temperatura do mar. Ainda, o fenômeno provoca fortes chuvas no continente americano e períodos de seca na África, Ásia e Oceania.

Os efeitos da mudança no clima podem afetar bastante as economias de determinados países: as secas no Sudeste Asiático diminuem a produção do café, tornando esse bem mais caro. Estima-se que o café indonésio tenha produtividade reduzida em 15%. Na Austrália, a falta de chuva afeta a safra do trigo. Na América do Sul, fortes chuvas podem prejudicar a mineração, lesando a extração do cobre, minério com uma das maiores demandas de exportação.

A escassez de produtos como esses pode causar inflação em certas partes do globo. Entretanto, isso é positivo para alguns países: na Tailândia, o crescimento da inflação poderia tirar a nação de sua condição deflacionária, causada pela queda dos preços do setor energético. Diferentemente, no Chile, com taxas inflacionárias em 5%, a apreensão econômica gira em torno da baixa exploração mineral e a diminuição da demanda chinesa.

A preocupação no Sudeste Asiático é, também, na produção de arroz. A seca na região afeta a safra e, apesar de alguns Estados afirmarem que conseguirão suprir a demanda interna, há descrença. Impactos são observados na produção das carnes de frango e vermelha: comerciantes locais, que costumam utilizar farelo de arroz na alimentação dos animais, estão promovendo greves em busca de apoio dos governos para aliviar a escassez do cereal.

As alterações climáticas causadas pelo El Niño podem durar de nove a doze meses e, em alguns casos, levam anos para serem controladas ou voltarem à normalidade. Ao mesmo tempo em que geram efeitos econômicos positivos, não deixam de causar preocupações, não somente financeiras, mas, também, sociais.

Ártico e Antártica

Obama vai ao Alasca

Por: Pedro Allemand

Na última semana, o presidente Barack Obama fez uma visita histórica ao Alasca. Além de ser o primeiro presidente norte-americano a visitar o estado, a visita foi repleta de gestos simbólicos e permeada pelo discurso de preservação ambiental e da luta contra a mudança climática.

O simbolismo da visita em si, acompanhando a tendência de uma valorização do aproveitamento geo-estratégico do Polo Norte, foi complementado pela mudança do nome do Monte McKinley para o nome utilizado pelas populações de esquimós, Denali. Esse ato foi interpretado como uma forma de acenar para a população nativa e também está relacionado ao discurso de “luta contra a mudança climática” ao valorizar uma das populações humanas que já sofre diretamente os efeitos desse fenômeno. Esse gesto e esse discurso, no entanto, também interagem para formar uma cortina de fumaça sobre a disputa geopolítica em relação ao Ártico.

Há uma clara “virada para o Ártico” durante a administração Obama, que busca construir uma base que permita a atuação norte-americana na região e que se baseia, como forma de se legitimar diante da população como um todo, no discurso de preservação ambiental e no fortalecimento das bases de apoio logístico, especialmente da rede de proteção garantida pela Guarda Costeira.

O que vemos, no entanto, é o retorno de um velho princípio geopolítico que marca a atuação dos EUA – o princípio da contenção. Se observarmos os relatos da mídia americana e de colunas de opinião a respeito do tema, veremos que os que advogam pelo fortalecimento da maior presença do país no Polo Norte sempre o fazem se legitimando em uma comparação com a atuação chinesa ou russa na região. Pode-se, então, ver o viés claramente estratégico e geopolítico dessa visita, que não ocorreu apenas para celebrar a mudança de nome de uma montanha.

- **PROJECT SYNDICATE - 14/07/2015**
Germany's Hegemony Trap - by *Wolfgang Ischinger*
- **FLIGHT GLOBAL - 17/09/2015**
Embraer sees 20-year demand for 1,020 new aircraft in China - by *Mavis Toh*
- **EL PAÍS - 13/09/2015**
Por qué el Estado Islámico no ganará - by *Bernard-Henri Lévy*
- **REUTERS - 15/09/2015**
Exclusive: China trying to undercut Germany on submarine offer to Egypt - by *Siva Govindasamy and Ahmed Hassan*
- **WASHINGTON POST - 10/09/2015**
Cameron, Hollande and Merkel: why we support the Iran deal - by *David Cameron, François Hollande and Angela Merkel*
- **THE ECONOMIC TIMES - 17/09/2015**
India's big-ticket Rafale deal for 36 jets stuck in negotiations - by *Ranjana Narayan and Anjali Ojha*
- **THE DIPLOMAT - 16/09/2015**
South China Sea: Satellite Imagery Shows China's Buildup on Fiery Cross Reef - by *Victor Robert Lee*
- **DEFENSE NEWS - 17/09/2015**
USAFE Chief Calls For An F-22 Base In Europe - by *Lara Seligman*
- **DEFENSE ONE - 16/09/2015**
- by *Bradley Peniston*

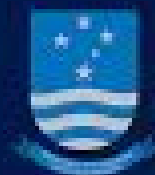
[Ao clicar sobre os títulos das reportagens, abrem-se os respectivos links]

Participamos aos nossos leitores que todos os Boletins anteriores estão disponíveis na página da Escola de Guerra Naval na internet no seguinte endereço:

<<https://www.egn.mar.mil.br/boletimgeocorrente.php>>

Nesse link também é possível cadastrar seu email para que passe a receber sempre nosso Boletim.

Escola de Guerra Naval



Programa de Pós-Graduação em

Estudos Marítimos

Mestrado Profissional

Área de Concentração:
Segurança, Defesa e
Estratégia Marítima

Linhas de Pesquisa:
Política e Estratégia Marítima
Regulação do Uso do Mar e Cessarização
Ciência, Tecnologia e Inovação e Poder Marítimo

■ Processo Seletivo: Turma 2016 ■

Edital: 14 de Setembro de 2015



PPGEM

Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos

Informações: www.ppgem.egn.mar.mil.br
Av. Pasteur, 480 - Urca - Rio de Janeiro - Brasil
Tel.: + 55 (21) 2546-9325